



JH  
Barnes  
4

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----

--- Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na sala D Ximenes Belo, na Biblioteca Municipal de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais, assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 12/12/2023, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
2. Apreciação e votação da proposta do Plano de Ação Climática do Município de Vila do Porto; -----
3. Apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de Almagreira de dois mil e vinte e quatro; -----
4. Apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de dois mil e vinte e quatro; -----
5. Apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de Santo Espírito de dois mil e vinte e quatro; -----
6. Apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de S. Pedro de dois mil e vinte e quatro; -----
7. Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação percentual do ano de dois mil e vinte e quatro; -----
8. Aprovação das tabelas de taxas e licenças e tabela de tarifas do Município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte e cinco; -----
9. Proposta de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho; -----
10. Proposta do mapa de pessoal previsional do município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte e cinco; -----

*Baungc*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

11. Procedimento concursal para provimento do lugar do cargo de Direção Intermédia de segundo grau – proposta de retribuição e atribuição das despesas de representação; -----

12. Análise e votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Vila do Porto, para o ano financeiro de dois mil e vinte e cinco; -----

13. Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a informação semestral. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu início à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD); José de Andrade Melo (PS), Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), Florbela Pinto Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição do deputado Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada); Josefina Branco Cruz (em substituição do deputado Jaime Braga Bairos que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada); Ricardo Filipe Santos Melo (PS), António Manuel Soares de Sousa (em substituição do deputado Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves (PS), Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), Nuno Alexandre Ricardo Rodrigues (em substituição do deputado Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), Carmélia Moura Sousa Melo (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD), António Isidro Braga Sousa (PS), António Jorge Cabral Monteiro (PS) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. Não esteve presente o deputado municipal Armando de Melo Soares (PPD/PSD), cuja ausência foi justificada pelo imprevisto das intempéries ocorridas no Porto de Vila do Porto, na madrugada do dia da realização da sessão. -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e quatro, publicitada por edital de cinco de dezembro do corrente ano e agradeceu aos/às



JA  
Barnosc  
S

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

funcionários/as da Câmara Municipal de Vila do Porto pelo apoio logístico na organização da sala e na documentação de suporte aos trabalhos da sessão. -----

--- De seguida entrou-se no período de intervenção do público, mas como não se verificaram inscrições, passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma, na própria sessão, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a ata foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, informando que não tinha recebido correspondência desde a última sessão da assembleia, com exceção dos ofícios da presidente da autarquia de Vila do Porto, a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão e os mails dos/as deputados/as a comunicar a sua ausência. Relembrou ainda aos presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto às funcionárias Daniela Braga, Marina Cabral e Micaela Coutinho, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia informou que a mesa não tinha recebido quaisquer propostas ou votos. O deputado municipal Eduardo Cambraia solicitou uma intervenção e ao tomar a palavra alertou que não foi mencionado que a mesa tinha recebido um requerimento, enviado por si, no dia vinte e cinco de novembro, dirigido à Câmara Municipal de Vila do Porto e do qual não recebeu qualquer resposta. Referiu ainda que esse requerimento era um pedido de esclarecimento, com carácter de urgência, sobre o critério ou critérios adotados que serviram de justificação ao reforço diferenciado das verbas propostas a atribuir às juntas de freguesia, nas propostas de adenda aos acordos de delegação de competência, que ainda estão em vigor. Disse também que foi pedido que fossem disponibilizados, à assembleia municipal, para análise, os documentos com a descrição das áreas ajardinadas, das vias e espaços públicos e outros que consubstanciam o objeto do acordo de execução das delegações de competências e que influenciam o cálculo

JK  
Cambráia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

da área territorial de cada uma das freguesias. Disse ainda que, como não obteve resposta, tal não permite uma análise, de todos os elementos da assembleia municipal sobre aquilo que é proposta aprovar nos pontos três, quatro, cinco e seis, da ordem de trabalhos e, como também não receberam documentos de suporte para análise dos referidos pontos, é prematuro e quase impossível tomar uma decisão em consciência. Nesse sentido apresentou uma proposta à mesa da assembleia para serem retirados da ordem do dia, os pontos três, quatro, cinco e seis, que constam do edital e, caso esta pretensão não seja aceite, irão apresentar uma queixa formal às entidades competentes para análise desse procedimento. -----

--- O presidente da mesa da assembleia confirmou que recebeu o mail do senhor deputado Eduardo Cambraia e que o reencaminhou para o órgão executivo. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia, Bárbara Chaves, esta confirmou ter recebido o mail e, não obstante, informou que os critérios foram apresentados e redefinida a quantificação de cada um deles, com todas as juntas de freguesia, numa primeira reunião conjunta, onde foram esclarecidas todas as questões colocadas e onde foram definidos valores por cada intervenção, não se considerando o critério da população, mas sim de espaços de intervenção e equipamentos, pois é nessas áreas que são delegadas as competências. Esclareceu ainda que os critérios foram devidamente fundamentados pela SmartVision, que fez a validação relativamente às despesas e investimentos a realizar neste âmbito, cumprindo assim uma obrigação legal, e que nas situações onde se verificaram aumentos de verbas houve uma reunião individual com cada um dos representantes das juntas de freguesia, afinando-se e validando-se esses valores, e que as propostas de adendas apresentadas reportam-se ainda a este ano económico e pretendendo-se pagar ainda neste ano. Por fim referiu que o executivo assumiu, após a quantificação de alguns parâmetros, não baixar os valores anteriormente consignados e face ao exposto considera o executivo que existem condições para avançar com o processo, pois estão cumpridos os trâmites legais e regulamentares e o processo teve a validação da empresa que já presta apoio, há largos anos, à autarquia nesta matéria, remetendo-se tal decisão para a assembleia municipal. -----

--- Colocada à votação a proposta do deputado Eduardo Cambraia esta foi recusada por maioria com 11 votos contra, uma abstenção e sete votos a favor. -----



JF  
Bouros  
4

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- O deputado José de Melo solicitou uma intervenção para referir que os deputados do grupo municipal do Partido Socialista, não tiveram dúvidas em votar contra a proposta apresentada, pois após os esclarecimentos prestados pela presidente da autarquia, constata-se que houve transparência e objetivação dos critérios, que as juntas de freguesia individualmente e em conjunto foram devidamente informadas, e que as adendas foram aprovadas em cada assembleia de freguesia. -----

--- Solicitou para intervir o deputado Carlos Rodrigues para pedir esclarecimentos pois se os critérios não são novos como é que os valores são alterados. -----

--- Foi dada a palavra ao deputado António Isidro Sousa que referiu que neste processo existiu coerência e objetividade, situação que não existia anteriormente, e que ele próprio já tinha alertado em sessões da assembleia municipal, no mandato anterior, pois no seu entendimento, nessa altura os critérios não eram claros, dado que os trabalhos realizados em algumas freguesias não eram compensados de igual forma comparativamente a outras freguesias, sendo a freguesia de Santo Espírito a mais prejudicada nesse aspeto, pois o custo da limpeza de um metro linear de uma berma de um caminho em Santo Espírito é igual ou mesmo superior ao das outras freguesias e os custos da chegada dos inertes a Santo Espírito são também superiores, conseqüentemente a junta de freguesia de Santo Espírito deveria receber mais. -----

--- Dada a palavra ao deputado José de Melo este reforçou que os critérios foram justificados contextualmente face à realidade local de cada freguesia, e que comparativamente com o elenco anterior, houve agora objetivação e concretização desses critérios. -----

--- Pediu a palavra o deputado Eduardo Cambraia para referir que não está contra o aumento de qualquer valor, mas reiterou que os critérios não foram divulgados à assembleia, por isso, em consciência, não consegue ter uma opinião que justifique votar. Disse ainda que existia um estudo, na Câmara Municipal de Vila do Porto, que nunca foi posto em prática, que descreve a extensão e as áreas de cada uma das freguesias, que indicava que os montantes poderiam ser superiores aos recebidos, no entanto, depois disso, houve alterações que consubstanciaram um aumento significativo de competências, que foi posto por escrito e é isso que nos acordos de execução que estão em vigor desde dois mil e dezoito. Referiu ainda que as áreas de intervenção não foram modificadas e que apenas se pretende modificar o aspeto financeiro, calculado em função do peso da área

JK  
Baines



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

territorial da referida freguesia e do aumento significativo dos preços de bens e serviços de modo a acompanhar a taxa de inflação e se o município acorda com as juntas de freguesia a verba a transferir para este ano económico, a bem da transparência o que solicita são os documentos que justificam os aumentos propostos. -----

--- Pediu novamente para intervir o deputado António Isidro Sousa para mencionar que se já existia um estudo anterior porque é que as freguesias não foram contempladas em relação a esse estudo. -----

--- O presidente da mesa da assembleia esclareceu que, no seu entendimento, os critérios são os mesmos porque tem a ver com as áreas de intervenção que são delegadas a cada junta de freguesia e, quando muito, deve ter-se verificado a correção nas extensões dos caminhos ou áreas a intervir e, como tal, sempre considerou estranho que tais acordos não pudessem ser alterados no que concerne a essa correção. De seguida deu a palavra à presidente da autarquia para os esclarecimentos finais para se poder dar continuidade aos trabalhos. -----

--- Ao tomar a palavra a presidente da autarquia aludiu que tendo em conta o que está previsto nas delegações de competências, foram definidos valores fixos para cada uma das áreas de intervenção, em função de metros lineares em caminhos, número de fontenários, número de escolas e logradouros, ribeiras, gestão de parque infantis, parque de festas, lavadouros, casa de banho, trilhos e áreas de jardins por metro quadrado, que resultaram no apuramento do valor total aprovado a atribuir a cada freguesia, a saber: Santa Bárbara, cinquenta e seis mil cento e trinta e seis euros e quarenta e um cêntimos; Almagreira, quarenta e oito mil setecentos e cinco euros e oitenta cêntimos; S. Pedro, cinquenta e três mil, cento e nove euros e trinta e oito cêntimos; Santo Espírito, oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois euros e dez cêntimos e Vila do Porto, sessenta e dois mil, cento e vinte oito euros e trinta e seis cêntimos. Disse ainda que o elenco camarário decidiu não descer o montante que a Junta de freguesia de Vila do Porto tem vido a receber que é de noventa e dois mil novecentos e trinta e seis e catorze cêntimos. Por fim reiterou que perante o exposto não existe injustiça, pois apenas se vai beneficiar as juntas de freguesia que recebiam menos valor, que as assembleias de freguesia analisaram e votaram e aceitaram as adendas aos seus acordos de delegação de competências, que os serviços da autarquia nunca lhe disponibilizaram o estudo referido, mas tal não é relevante quando o



Bernard  
↓

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

próprio deputado Eduardo Cambraia afirmou que tal estudo nunca foi posto em prática, que o assunto foi debatido com todas as juntas de freguesia, onde estavam todas presentes e, na reunião individual com junta de freguesia de Vila do Porto, o seu representante referiu que não havia nada a opor, tendo em conta que não se iria verificar descida dos valores até aí acordados. Por fim aludiu que foi feita ainda uma majoração posterior de dez por cento e que existem condições para se avançar com o processo. -----

--- Pediu novamente para intervir o deputado Eduardo Cambraia para reiterar que os elementos da assembleia municipal não tiveram conhecimento dos critérios e questiona se são critérios de mais competências e se o aumento teve em consideração a taxa de inflação, ao que foi respondido que não. -----

--- Pediu a palavra a deputa Carmélia Melo para referir que na assembleia de freguesia de Almagreira foi votado o adiamento ao acordo e reconheceram a importância do aumento, mas também ficou registado na respetiva ata que o acréscimo verificado ainda não é suficiente para fazer face às despesas com que a junta se confronta e que se deveria rever novamente os acordos. -----

--- Solicitou para intervir a deputada Florbela Cunha que tornou a reiterar a questão dos critérios terem tido em conta a taxa de inflação, tal como vem referenciado nos textos dos acordos, ao que lhe foi respondido pela vereadora Graça Morais que os critérios tiveram em conta o aumento dos preços que se tem vindo a verificar com salários e bens e serviços e não diretamente com o aumento da taxa de inflação, que foi de dois vírgula três por cento. -

--- De seguida passou-se ao momento de tratamento de assuntos autárquicos no qual se inscreveu o deputado José de Melo para enaltecer o trabalho da autarquia na iluminação e na animação das festividades de Natal, com o envolvimento de inúmeros grupos e associações. Deu também os parabéns às juntas de freguesia pela iluminação de Natal nas respetivas freguesias. -----

--- Pediu para intervir a deputada Aida Amaral, que ao tomar a palavra questionou o executivo camarário sobre a situação da obra que está a decorrer na praça do município, que investimento e tipo de intervenção, nomeadamente sobre: qual o objetivo e propósito do projeto em curso; qual o valor estimado para o investimento em causa e se há financiamento externo ou receitas próprias envolvidas; qual o prazo de execução e qual é o

Bureau  
↓



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

impacto que tem para a comunidade, quais os benefícios que trará para os munícipes e para a dinâmica da praça do município. -----

--- Ao tomar a palavra, a presidente da autarquia esclareceu que o que se pretende, e que estava plasmado no orçamento anteriormente aprovado, é a reconstituição do coreto que lá existia, cujo projeto é do mesmo projetista que elaborou o projeto da praça do município; que o orçamento previsto da obra é de cerca de oitenta e cinco mil e euros; que a obra já deveria estar concluída mas como houve um embargo, a decorrer desde outubro, por parte da Secretaria Regional de Educação e Cultura, estão a aguardar reposta dessa entidade. -----

--- Dada a palavra ao deputado António Isidro Sousa este ao tomar a palavra enalteceu o esforço que tem feito em diversos caminhos na ilha e felicita o trabalho feito no caminho de Almagrinha e questionou como estão a decorrer os trabalhos nos restantes caminhos, ao que a presidente da autarquia respondeu que foram concretizados os trabalhos de betonagem em Almagrinha, que estão em execução os trabalhos do caminho do Brasil, em Almagreira, e nos Lagos, em Santa Bárbara e que irão realizar obras no caminho da Lapa. ---

--- Pediu para intervir o deputado João Silva para referir que os munícipes, que residem nas zonas a intervir, deveriam ser alertados aquando da execução das obras, ao que a presidente da autarquia retorqui dizendo que tal aviso foi publicitado através de edital. -----

--- Passou-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa, José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais, assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 12/12/2023, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado José de Melo, para aludir que o relatório está claro no que concerne à dinâmica e às concretizações, deus os parabéns pelo município ter sido galardoado com o prémio “Município Amigo do Desporto”, mas solicitou esclarecimentos



*Bainho*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

sobre o apoio dado às famílias no âmbito das despesas escolares, sobre o apoio aos clubes desportivos, nomeadamente ao Clube Desportivo “Os Marienses” e sobre como decorreu o processo do Orçamento Participativo, ao que a presidente da autarquia esclareceu que houve a atribuição de equipamentos desportivos e material escolar a cada escola, no valor total de cerca de seis mil euros; a atribuição de apoio em material escolar a cento e trinta e duas famílias; foram aprovadas trinta e sete bolsas de estudo; por solicitação do Clube Desportivo “Os Marienses”, foi assinado a atribuição de um adiantamento verba, no âmbito do protocolo para o próximo ano, por forma a que o clube possa participar nas competições nacionais e que os projetos do Orçamento Participativo foram concluídos, salientado a aquisição de um tapete para o pavilhão desportivo de Santo Espírito, que ficará sob a responsabilidade da Junta de Freguesia de Santo Espírito; -----

--- No segundo ponto da ordem de trabalhos, apreciação e votação da proposta do Plano de Ação Climática do Município de Vila do Porto foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que decorre de uma obrigação legal e vai de encontro às estratégias regionais que o governo regional definiu pois contempla um conjunto de ações que são transversais, que o plano tem estimativas orçamentais e esteve em consulta pública e cumprindo-se os requisitos para ser apreciado e aprovado. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, o documento em apreço foi sujeito à votação tendo sido o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

--- No terceiro ponto da ordem de trabalhos, apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de Almagreira de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que no período antes da ordem do dia já foram explanados os critérios que estão subjacentes à apresentação da proposta. Referiu ainda que as propostas apresentadas neste ponto da ordem de trabalho e nos três seguintes, reportam-se ao ano de dois mil e vinte e quatro, pois a legislação atual prevê a revisão anual desses acordos. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, a proposta em apreço foi sujeita à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria com onze votos a favor, sete votos contra e uma abstenção. -----

33  
Carmélia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- A deputada Carmélia Melo solicitou uma intervenção para clarificar que o seu sentido de abster-se na votação anterior justifica-se pelas razões apontadas por si anteriormente, isto é, apesar de na reunião de assembleia de freguesia de Almagreira a proposta ter sido aprovada e considerar que o acréscimo é importante, ainda não é suficiente para fazer face às despesas dos trabalhos inerentes à delegação de competências, por isso sugere a realização de novas reuniões entre a autarquia e as juntas de freguesia, para ajustar e melhorar os critérios, pois os trabalhos, que ocorrem durante um ano podem ser diferenciados mediante as situações de intempéries que eventualmente possam acontecer.

--- No quarto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, e esta que referiu que não tinha mais nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, a proposta em apreço foi sujeita à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria com onze votos a favor e oito votos contra. -----

--- No quinto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de Santo Espírito de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, e esta que referiu que não tinha mais nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos no qual se inscreveu o deputado António Isidro Sousa que sugeriu que, apesar do processo ter sido transparente, se deveria criar uma comissão da assembleia, específica para acompanhar o processo de revisão dos acordos, que integre os presidentes de junta, para análise de todos os documentos que justificam a atribuição dos valores das delegações de competências. Como não se verificaram inscrições, a proposta em apreço foi sujeita à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria com onze votos a favor e oito votos contra. -----

--- No sexto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e votação da proposta de aditamento ao Acordo de Execução da Delegação de Competências da Junta de Freguesia de S. Pedro de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, e esta referiu que não tinha mais nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, a



J.R.  
Barnes  
2

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

proposta em apreço foi sujeita à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria com onze votos a favor e oito votos contra. -----

---- O deputado Carlos Rodrigues solicitou uma intervenção para referir que o grupo municipal do Partido Social Democrata votou contra, nos quatro pontos anteriores da ordem de trabalhos, apenas por ter sido sonogada a informação dos critérios que conduziram às alterações propostas e lamentou que o executivo tenha levado três anos para perceber que o que estava para trás estava mal. -----

--- Passou-se de imediato ao sétimo ponto da ordem de trabalhos, Imposto Municipal sobre Imóveis –fixação percentual do ano de dois mil e vinte e quatro, onde foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que a autarquia deliberou pelo valor mais baixo previsto na legislação em vigor. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, o documento em apreciação foi sujeito à votação tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----

--- De seguida passou-se ao oitavo ponto da ordem de trabalhos, aprovação das tabelas de taxas e licenças e tabela de tarifas do Município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte e cinco, foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta delegou na vereadora Graça Morais, essas informações, e esta ao tomar a palavra esclareceu que verifica-se uma atualização das taxas à taxa de inflação, conforme recomendação legal, o que não se verifica com as tarifas, pois estas mantêm-se. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, o documento em análise foi sujeito à votação tendo sido o mesmo aprovado por maioria com onze votos a favor e oito votos contra. -----

---- O deputado Carlos Rodrigues solicitou uma intervenção para referir que o grupo municipal do Partido Social Democrata votou contra nesta matéria, ao contrário dos anos anteriores em que se abstiveram, pelo facto do elenco camarário não estar a cumprir a promessa, feita em campanha, de baixar algumas taxas. -----

--- No ponto nove da ordem de trabalhos, proposta de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, foi dada a palavra à senhora presidente para

7  
Graça Morais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta delegou esses esclarecimentos na vereadora Graça Morais que referiu que a proposta decorre da lei vigente. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas como não se registaram quaisquer inscrições, a proposta foi sujeita à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto dez da ordem de trabalhos, proposta do mapa de pessoal previsional do município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte e cinco, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta que referiu que não tinha nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, no qual se inscreveu o deputado José de Melo, que questionou em que pé de situação é que estava o procedimento concursal para a contratação de um veterinário, ao que a presidente da autarquia respondeu que o mesmo está a decorrer. Como não se registaram quaisquer inscrições, a proposta foi sujeita à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade; -----

--- No ponto onze da ordem de trabalhos, procedimento concursal para provimento do lugar do cargo de Direção Intermédia de segundo grau, proposta de retribuição e atribuição das despesas de representação, foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que já decorreu toda a tramitação legal, mas que é competência da assembleia municipal a aprovação da proposta de retribuição e atribuição das respetivas despesas de representação. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas como não se registaram quaisquer inscrições, a proposta foi sujeita à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto doze da ordem de trabalhos, análise e votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do município de Vila do Porto, para o ano financeiro de dois mil e vinte e cinco, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta delegou esses esclarecimentos na vereadora Graça Morais, e esta ao tomar a palavra apresentou os valores orçamentados para o ano de dois mil e vinte cinco, cujo total ultrapassa os onze milhões de euros, dos quais destacou os valores das despesas correntes, das despesas de capital, das receitas correntes, das receitas de capital e dos investimentos previstos,



J.F. Bando  
g

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

ressalvando os investimentos na habitação, com a aquisição, construção e reabilitação de imóveis, furo de captação de água, construção de um reservatório de água no Aeroporto, reabilitação da rede de águas, requalificação dos edifícios escolares, requalificação da rede viária, apoio às famílias e associações. Finda a apresentação foi aberto um período para esclarecimentos no qual se inscreveram dos deputados municipais Carlos Rodrigues e Eduardo Cambraia. -----

--- Dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues, este questionou quantas habitações já adquiriu o município no âmbito da Estratégia Local de Habitação; quantas estão em obra e quantas já estão concluídas; quantas estão projetadas para construir e qual a previsão da sua conclusão; quais são os critérios para a atribuição dessas casas; quais são as obras candidatas a fundos comunitárias e se foi prorrogado o prazo para a conclusão dessas candidaturas. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia esta delegou os esclarecimento na vereadora Graça Morais, que esclareceu em que ponto de situação está a execução da Estratégia Local de Habitação, afirmando que: a autarquia já adquiriu sete casas e um prédio urbano, seis das quais já aprovadas, das quais três estão em obra; que quanto aos critérios da atribuição dessas moradias, estes estão a aguardar a validação do IHRU; que foram candidatadas três novas habitações e também a aquisição de um loteamento que permite a construção de nove habitações; que as datas para a conclusão das candidaturas não foram prorrogados, verificando-se a necessidade de alterar nas candidaturas as datas de execução; que infelizmente, no decurso do processo, alteram os critérios e as candidaturas têm que ser revistas e que urge dar seguimento aos processos. Referiu ainda que a autarquia apresentou candidaturas aos fundos comunitários no eixo das águas, furo, tanque e requalificação da rede de águas; equipamentos para a ETAR; candidatura ao eixo das alterações climáticas, nomeadamente reabilitação de muros de suporte e que os investimentos da requalificação das escolas, que ultrapassa os trezentos mil euros, não foram elegíveis para candidatura a fundos comunitários porque o governo entendeu que eram obras de conservação, posição da qual a autarquia discorda. Disse por fim que quanto aos fundos comunitários, não se pode prever a sua totalidade, pois as candidaturas ainda não estão aprovadas e segunda uma nova lei, a introdução na receita, da previsão de fundos comunitários, só pode ser feita após a aprovação das candidaturas dos projetos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- Em sequência a senhora presidente da autarquia afirmou que o abatimento da dívida contraída e pagamento dos juros limitaram investimentos por parte da autarquia nos primeiros anos do mandato e que só em dois mil e vinte e quatro é que foram saindo avisos de fundos comunitários que possibilitam a execução de novos investimentos. -----

--- Pediu novamente para intervir o deputado Carlos Rodrigues para aludir que o aproveitamento de alguns fundos comunitários deste mandato resultou de um trabalho iniciado no anterior executivo, pois nessa altura foi solicitado às autarquias, pela gestão dos fundos, que elencassem as áreas possíveis de serem candidatáveis. -----

--- Foi dada a palavra ao deputado Eduardo Cambraia que questionou: onde vão ser investidos os valores previstos na requalificação viária em Vila do Porto; quais os lotes que serão transferidos da Urbanização Ilha do Sol para a autarquia; se os valores da água da ETAR estão controlados e a zona do Calhau da Roupa está em condições de receber banhistas e com que base é que se aumentará os valores das delegações de competências previstas para o próximo ano. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia foi respondido que está prevista a intervenção nas estradas da Flor da Rosa, Cruz Teixeira e Canada do Campo; que a comissão da Urbanização Ilha do Sol cedeu dois lotes à autarquia, que estavam com a sua situação regularizada, comprometendo-se a autarquia investir na requalificação de um espaço nessa zona para espaço de lazer; que quanto à qualidade de água que sai da ETAR, esta está em condições de ser recebida pelo meio marinho, mas o aproveitamento dessa zona para espaço para banhistas tem ainda que obedecer a outros requisitos, que não foram alvo de análise e que os contratos para delegação de competências serão revistos para dois mil e vinte e cinco. -----

--- O deputado municipal João Silva solicitou uma intervenção para questionar se a autarquia fez alguma tentativa de renegociação da dívida ao que lhe foi respondido que a autarquia contactou com as instituições bancárias para esse efeito, mas que estas alertaram que se fosse pedido uma renegociação da dívida pela autarquia, assumia-se que esta era considerada um município em risco o que não favorece a autarquia pois tal poderia inviabilizar o recurso a um empréstimo no futuro. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

---- Em sequência desta reposta solicitou para intervir o deputado Carlos Rodrigues que informou que no anterior mandato já tinha feito essa tentativa só que o tribunal de contas não deu o respetivo aval. -----

--- Como não se registaram mais inscrições foram os documentos em apreço sujeitos à votação, sendo os mesmos aprovados por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e com oito votos contra do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

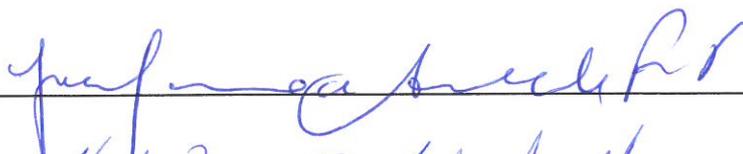
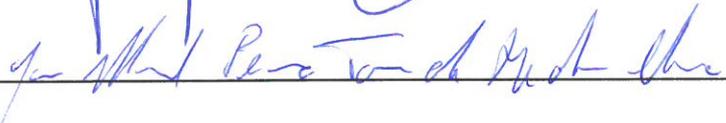
---- Pediu a palavra o deputado Carlos Rodrigues para declarar que o grupo municipal do Partido Social Democrata votou contra por entender que o orçamento, apesar de apresentar verbas avultadas, que serão acrescidas pela transição do saldo de gerência, continua a indiciar um grande aumento nas despesas correntes e também porque este executivo não vai ter tempo para executar aquilo que está previsto. -----

--- No ponto treze da ordem de trabalhos foi dado conhecimento do Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a informação semestral. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_